

ÍNDICE

ABREVIATURAS	9
NOTA SOBRE JURISPRUDÊNCIA	11
NOTA PRÉVIA	13
1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Noção	17
1.2. Antecedentes	25
1.3. Em Portugal	32
2. NEGOCIAÇÃO	41
2.1. Noção	41
2.2. Modelos de negociação	43
3. MEDIAÇÃO	47
3.1. Noção	47
3.2. Pleno domínio das partes e interesses	50
3.3. A função do advogado na mediação	52
3.4. O mediador	56
3.5. Sistemas de integração	62
3.6. Fases e técnicas	71
3.7. Sistemas públicos de mediação	74
3.8. O Direito da mediação	78
3.8.1. A convenção de mediação	78
3.8.2. A mediabilidade	83
3.8.3. Homologação e executoriedade do acordo obtido em mediação	87
3.8.4. Confidencialidade	97

4. CONCILIAÇÃO	101
4.1. Noção e autonomia	101
4.2. Conciliar enquanto função do juiz ou árbitro	106
4.3. Técnicas	111
4.4. Litígios conciliáveis e homologação	115
5. ARBITRAGEM	119
5.1. Noção e natureza jurídica	119
5.2. Espécies	123
5.3. Convenção arbitral	125
5.3.1. Noção e natureza jurídica	125
5.3.2. Modalidades, em especial a adesão unilateral prévia	126
5.3.3. Requisitos de validade	128
5.3.4. Arbitrabilidade	135
5.3.5. Conteúdo e redação	148
5.3.6. Extensão da convenção arbitral a terceiros ou outros contratos	152
5.3.6.1. Transmissão ou modificação da convenção de arbitragem	153
5.3.6.2. Contrato a favor de terceiro e a favor de pessoa a nomear	160
5.3.6.3. Garantia das obrigações	162
5.3.6.4. Contratos múltiplos: extensão por remissão	171
5.3.6.5. Critérios gerais de extensão da convenção	179
5.4. Efeito positivo e negativo da convenção arbitral	181
5.5. Constituição do tribunal arbitral	194
5.6. Estatuto do árbitro	198
5.7. Providências cautelares	208
5.7.1. Admissibilidade de providências executivas	218
5.7.2. Admissibilidade das ordens de abstenção judicial (<i>anti-suit injunctions</i>)	226
5.8. Processo arbitral	233
5.8.1. A escolha das regras processuais	233
5.8.2. Instalação do tribunal arbitral	240
5.8.3. Alegações das partes	242
5.8.4. Fase intermédia	245
5.8.5. Prova, julgamento e decisão	247
5.8.6. Limites às regras processuais – os princípios fundamentais do processo justo	258
5.9. Arbitragens complexas	262

5.9.1. Delimitação	262
5.9.2. Reconvenção	263
5.9.3. Litisconsórcio e coligação	265
5.9.4. Consituição do tribunal arbitral em arbitragens multipartes	267
5.9.5. Intervenção de terceiros	271
5.9.6. Extensão do caso julgado a terceiros	274
5.9.7. Apensação	276
5.10. Sentença arbitral	278
5.10.1. Critério de decisão	278
5.10.2. Forma e conteúdo	288
5.10.3. Prazo	291
5.10.4. Encerramento do processo, retificação e sentença adicional	293
5.11. Impugnação da sentença arbitral	295
5.11.1. Ação de anulação	298
5.11.1.1. Tramitação	298
5.11.1.2. Fundamentos dependentes de alegação da parte	300
5.11.1.3. Fundamentos de conhecimento oficioso: arbitrabilidade e ordem pública	309
5.11.1.4. Efeitos da anulação	314
5.11.2. Oposição à execução	315
6. JULGADOS DE PAZ	317
6.1. Noção	317
6.2. Princípios	326
6.3. Competência	328
6.4. Tramitação processual	332
7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	337
BIBLIOGRAFIA	341
JURISPRUDÊNCIA	355

